



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 7805592 - CPER-CPAI

SEI!TJPR Nº 0096370-04.2019.8.16.6000
SEI!DOC Nº 7805592

15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Aos 02 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às 13:30min, utilizando-se da plataforma Teams, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão: Des. Sigurd Roberto Bengtsson (Presidente), Claudia Cristina Martins Tria (Secretária), Daniela Ribas Rocha, Diogo Guilherme Silveira, Flávia Verusca Buturi Monarin Matos, Gilberto Yoshikazu Ozawa, Jobber Andrade, Luiz Henrique Grossl, João Guilherme Carraro Hortmann, José Luiz Leite da Silva Filho, Mariane Rodrigues Hyczy Lopes, Renan Massaiti Tory, Vanessa Rafaela Lobato e Vivian Clavijo Beltran Kummer. Justificada a ausência da servidora Vera Maria Molfi de Franco. Participaram, ainda, a Servidora Marina Santos, representante do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do DPLAN, e a Servidora Samantha Laís Machado, assessora do Des. Sigurd.

Pauta: Abertura Des. Sigurd (alteração da Secretaria da Comissão; apresentação de cada eixo de suas principais ações com atualização dos planos de ação; demais providências.

O Des. Sigurd Roberto Bengtsson (Presidente) abriu a reunião agradecendo a presença e participação de todos. Ressaltou a importância que o tema de acessibilidade e inclusão está ganhando, com aumento da cobrança por parte do CNJ.

A Servidora Flávia agradeceu a dedicação e comprometimento da Servidora Marcela, que até março exerceu a função de Secretária da Comissão. O Des. Sigurd solicitou que seja proposto “elogio funcional” à Servidora.

A Servidora Flávia informou sobre o Prêmio CNJ de Qualidade e os indicadores, CumprDec da Resolução 401/2021 e Auditoria de Acessibilidade Digital realizada pelo Departamento de Auditoria.

EIXO 1 - Capacitação de magistrados, servidores e terceirizados:

A Servidora Vanessa esclareceu que o Eixo 1, agora com a participação do Servidor Diogo, está trabalhando na atualização da Cartilha, Manual e Curso.

Afirmou que em 2021 os planos foram cumpridos, com a realização de Lives e Curso. Contou que o Eixo está em contato com os novos servidores com deficiência nomeados

no último concurso.

Apresentou os planos de realização de novos grupos de trabalho, atualização dos conteúdos, foco na acessibilidade digital e capacitação em Libras, Cartilha para os funcionários terceirizados, divulgação de cursos, inserção do curso na formação inicial dos servidores, Lives ou eventos presenciais, projeto de acessibilidade nos presídios.

EIXO 2 - Adaptações Arquitetônicas que atendam a inclusão e acessibilidade:

O servidor José Luiz informou que realiza acompanhamento sistemático das atividades do DEA, porém o plano de obras não foi realizado pelo Tribunal.

Informou que será enviado questionário às unidades para diagnosticar as necessidades.

Indicou que houve mudança nas licitações e contratações em razão de nova Instrução Normativa limitando as atas de registro de preços de serviços de engenharia.

Esclareceu que a nova direção do DEA autorizou e será contratada empresa terceirizada para apresentar diagnóstico completo, conforme legislação e NBR, em todos os edifícios do TJ e também com projetos de adequação.

Contou que até nos edifícios novos podem ser encontradas falhas, citou como exemplo o prédio de Guarapuava (que passou por vistoria do CREA).

A Servidora Flávia ressaltou a importância do formulário a ser enviado para as unidades, com a concordância do Servidor José.

EIXO 3 - Disponibilização de mobiliário e ferramentas de tecnologia adequados aos servidores, magistrados e jurisdicionados com deficiência:

A servidora Vivian lembrou que o processo de aquisição de cadeira de rodas está sobrestado e indicou que irá questionar à direção do Centro Judiciário quanto à necessidade atual.

Relatou que o estudo para contratação de empresa prestadora de serviço de interpretação de Libras para apresentação à Presidência.

Informou que verificou o estoque de cadeira de rodas no sistema Hermes e que há somente uma disponível, podendo iniciar nova contratação. A nova Lei de Licitações e a IN facilitaram a compra direta.

O Servidor Luiz Henrique informou que a Auditoria foi importante e ajudou a alinhar o plano de ação. Relatou que está sendo promovida a capacitação de contedores e desenvolvedores (eMag). Relatou adequações no Portal e a necessidade de trabalho e desenvolvimento contínuos.

Informou a criação do domínio acessibilidade.tjpr.jus.br para facilitar o acesso e divulgar melhor as ações da Comissão e também que foi realizada adequação no Projudi para indicação de pessoa com deficiência como parte nos processos.

Concluiu citando a importante ajuda da Auditoria e a necessidade de capacitação.

EIXO 4 - Regulamentação legal que inclua os direitos da pessoa com deficiência:

O Servidor João Guilherme informou que o Eixo 4 continuou trabalhando na regulamentação dos direitos da pessoa com deficiência no judiciário, com a atualização de

acordo com a Resolução 401/2021.

Relatou que o Eixo tem recebido demandas e questionamentos em relação a servidores com deficiência ou com dependentes com deficiência com dificuldades para conseguir condições especiais de trabalho (especialmente quanto às vedações previstas na Resolução do Teletrabalho).

Mencionou a parceria com a empresa Audix, que teve atuação da Servidora Mariane.

Informou também a proposta de regulamentação da redução de jornada, que é prevista de forma genérica no Estatuto dos Servidores.

Finalizou esclarecendo quanto ao pleito do auxílio-creche sem limitação de idade para dependentes com deficiência, proposta apresentada à Secretária.

A servidora Flávia ressaltou a importância da regulamentação, que é também um dos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade.

O Des. Sigurd mencionou a necessidade de reunião com outras instituições (Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Defensoria Pública). Relatou que juízes também estão com dificuldades em relação à obtenção de condições especiais de trabalho no Conselho da Magistratura. Destacou que a proposta de regulamentação está avançada e brilhante, faltando apenas abrir à sociedade.

O Des. Sigurd informou que toda segunda-feira, 15h, são realizadas reuniões com a Secretária da Comissão e convidou os demais integrantes para discussão de eventuais demandas.

EIXO 5 - Assistência Médica e Social voltada aos servidores e magistrados com deficiência:

A servidora Flávia lembrou que no I Encontro dos Servidores houve reclamações quanto à dificuldade de lotação dos servidores. Assim, a CPAI e o CAMS, com apoio do DGRH, estão realizando reuniões com os novos servidores nomeados e enviando cartilhas com todos os contatos, necessidade de informação da deficiência no Hercules.

Relatou que também é questionado se o servidor tem interesse que o seu superior e colegas saibam da condição da deficiência e, em caso positivo, é feito contato com a unidade, com envio de materiais e curso de sensibilização. Afirmou que o resultado tem sido positivo, que alguns servidores entraram em contato relatando experiências positivas e outros, lotados em comarcas menores, encontraram dificuldades para tratamentos específicos.

Citou, ainda, caso de servidor com deficiência que participou de evento de boas-vindas em Curitiba e solicitou reembolso do custo do combustível uma vez que não teria condições de utilizar ônibus. Des. Sigurd ressaltou a importância dos trabalhos da Comissão e a implantação da cultura de acessibilidade.

O Servidor Diogo questionou se houve resposta pelos gestores em relação aos encaminhamentos de novos servidores. A servidora Flávia esclareceu que houve contatos positivos, porém, nenhum questionamento.

EIXO 6 - Projetos que promovam a inclusão das pessoas com deficiência:

A servidora Daniela destacou que o Projeto Portas Abertas é presencial e, portanto, está suspenso até ulterior deliberação em razão da pandemia. Relatou que conversou com a presidência em relação a um projeto de atividades esportivas, que também ficou suspenso em razão da pandemia.

Informou que não está mais lotada no Centro de Digitalização, mas solicita

especial atenção ao "Projeto Abraçar para Incluir" uma vez que as digitalizações estão diminuindo.

Por fim, a Servidora Flávia ressaltou a importância de agendar reuniões periódicas. A próxima reunião ficou agendada para 11/08/2022.

A reunião foi encerrada por volta das 14hs45min. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Claudia Cristina Martins Tria, Secretária, lavrei a presente ata, a qual segue com ciência e concordância dos demais participantes.



Documento assinado eletronicamente por **Sigurd Roberto Bengtsson, Presidente de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA CRISTINA MARTINS TRIA, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ LEITE DA SILVA FILHO, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO YOSHIKAZU OZAWA, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA VERUSCA BUTURI MONARIN MATOS, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENAN MASSAITI TORY, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 15:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO GUILHERME SILVEIRA, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE GROSSL, Analista de Sistemas**, em 01/07/2022, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO GUILHERME CARRARO HORTMANN, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA RIBAS ROCHA, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIAN CLAVIJO BELTRAN KUMMER, Integrante de Comissão Permanente**, em 01/07/2022, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOBBER ANDRADE, Integrante de Comissão Permanente**, em 04/07/2022, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA RAFAELA LOBATO, Integrante de Comissão Permanente**, em 05/07/2022, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **7805592** e o código CRC **54351342**.
